



SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Processo nº 00200.011905/2025-15

Assunto: Nova Contratação. Pregão Eletrônico. Registro de Preços. Fornecimento de serviços comuns de engenharia, sob demanda, para a execução de mudanças e adequações de layout e instalações. Item 20250304 do Plano de Contratações. **Valor estimado: R\$ 14.538.070,14.** Aprovações e autorizações da Diretoria-Geral e Primeira-Secretaria.

Senhora Diretora-Geral,

Trata o presente processo de realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para o REGISTRO DE PREÇOS, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, por meio do regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, destinado ao fornecimento de serviços comuns de engenharia, sob demanda, para a execução de mudanças e adequações de layout e instalações, incluindo materiais e insumos, nas áreas administrativas, legislativas e residências oficiais do Senado Federal, ao custo total estimado de **R\$ 14.538.070,14** (quatorze milhões e quinhentos e trinta e oito mil e setenta reais e quatorze centavos), consoante especificações contidas na minuta do referido edital (documento nº 00100.183359/2025-41).

O órgão técnico justifica a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.177381/2025-52), conforme transcrição a seguir:

2.2. Justificativa para a contratação

2.2.1. Descrição da situação atual

a) Considerando a grande quantidade de pedidos de serviços de engenharia encaminhados à Secretaria de Infraestrutura, torna-se necessária a apresentação deste TR para atendimento das demandas citadas. O objetivo é atender a solicitações de mudanças espaciais necessárias ao desenvolvimento das atividades do Senado Federal, com a dinâmica peculiar ao Legislativo Federal, mediante fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia.

(...)

b) Em seu quadro efetivo, a Secretaria de Infraestrutura não dispõe de servidores para executar diretamente esse trabalho. Os analistas, técnicos e auxiliares legislativos da Secretaria não possuem especialização ou atribuição funcional para executar diretamente serviços braçais de engenharia.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

c) Os Contratos vigentes no âmbito do Senado Federal têm como objeto a manutenção preventiva e corretiva das diversas instalações do Complexo Arquitetônico e residências funcionais do Senado Federal, portanto, possuem escopo diferente do TR em questão.

d) Por essas razões, opta-se pela execução indireta, considerando a necessidade de contratação de empresa de engenharia, coordenada por Engenheiro ou Arquiteto, para atender à demanda de serviços comuns de engenharia nas intervenções a serem realizadas nas edificações do Complexo Arquitetônico do Senado Federal. O regime de contratação será de empreitada por preço unitário, onde o pagamento será realizado por unidades efetivamente executadas e aprovadas pela Fiscalização.

2.3. Justificativa para os quantitativos exigidos

2.3.1. Para a elaboração dos quantitativos indicados no TR, foi empregada da seguinte metodologia: a partir do histórico de pedidos realizados à SINPRA, foi elaborado um projeto “padrão”, genérico, a ser utilizado como base de cálculo para quantitativos de uma intervenção. A partir desse projeto, estimaram-se os quantitativos e esses valores foram multiplicados pelo número total de mudanças estimadas. Por fim, a estimativa final foi corrigida por um fator de utilização, obtido através do histórico de uso do instrumento contratual. Os quantitativos estimados, em seus respectivos itens e subitens, são apresentados no Anexo 1-A deste TR.

(...)

Por meio do Ofício nº 758/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.183378/2025-78), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal elaborou o Estudo Técnico Preliminar de NUP 00100.118693/2025-24, bem como o Termo de Referência de NUP 00100.146283/2025-73, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.177381/2025-52, os quais, se entendidos viáveis, deverão ser aprovados pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

(...)

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha Orçamentária sob o documento nº 00100.142543/2025-31, projetando-se o custo geral estimado de R\$ 14.538.070,14.

A pesquisa conta com Anotação de Responsabilidade Técnica, motivo pelo qual não foi ratificada pela COCVAP, nos termos do art. 18, §3º, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022. O referido documento foi anexado ao NUP 00100.155646/2025-61.

(...)

O valor estimado da contratação enquadra-se nos limites de competência da Primeira-Secretária, sendo que a autorização para o certame, portanto, na forma





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

do inciso I, art. 7.º do Anexo V do Regulamento Administrativo c/c §2º do art. 90 do ADG nº 14/2022, cabe a essa autoridade.

(...)

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.158922/2025-43, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

Em resposta às recomendações da COPEL e às NOTAS da COATC, o órgão técnico se manifestou nos documentos nº 00100.163082/2025-31 e nº 00100.164202/2025-17, tendo consignado alterações no novo Termo de Referência, NUP 00100.164213/2025-05.

(...)

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 695/2025 (NUP 00100.174710/2025-11) analisou os autos e concluiu que *“Ante ao exposto, fica aprovado o prosseguimento dos autos, desde que as recomendações destacadas no bojo desta manifestação, sublinhadas e/ou em negrito, sejam observadas.”*

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.177378/2025-39.

No que se refere às recomendações constantes do citado parecer jurídico, de alçada do órgão técnico, segue tabela preenchida com as recomendações que ***não foram acatadas e/ou para as quais foram apresentadas justificativas:***

RECOMENDAÇÃO DA ADVOSF	MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO TÉCNICO
1) Quanto à forma de pagamento, especificamente em relação ao marco inicial de contagem para a sua efetivação à contratada, a ADVOSF consignou “No item 17, é disciplinada a forma de pagamento. A respeito, enuncia o item 17.2 que os pagamentos serão efetuados por intermédio de depósito em conta bancária da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento provisório. No ciclo da despesa pública, os pagamentos apenas são efetuados após a etapa de liquidação, quando se verifica que a Administração recebeu, de fato, aquilo que contratou. Na Lei nº 4.320/1964 o ponto tem a seguinte disciplina: Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação. Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação	Sobre esse apontamento, a SINFR, por intermédio do NUP 00100.177378/2025-39, informou que “Ao órgão técnico cabe apenas fazer o recebimento provisório, cabendo ao gestor do contrato fazer o recebimento definitivo no prazo máximo de 90 (noventa dias) corridos, contados da data do recebimento provisório, conforme subitem 13.1.b do TR. Entendemos que uma vez finalizada demanda e ela tendo sido recebida provisoriamente pelo órgão técnico, que o prazo de 30 dias para pagamento tenha marco inicial nessa data para evitar comprometer o fluxo de caixa da empresa e o andamento das demais demandas. Assim, acreditamos que nenhuma alteração deve ser feita nesse ponto.”
do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. § 1º Essa verificação tem por fim apurar: I - a origem e o objeto do que se deve pagar; II - a importância exata a pagar; III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação. § 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo; II - a nota de empenho; III - os comprovantes da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço. <u>Enquanto o recebimento é tão somente provisório, não se entende superada a etapa de liquidação. Por isso, como regra, não pode o marco ser o termo inicial para a contagem do prazo de pagamento, senão o momento do recebimento definitivo.” [grifo nosso]</u>	Dessa forma, considerando o entendimento da ADVOSF, o fato de não ser prática usual no Senado efetivar o pagamento após o recebimento provisório e, ainda, as justificativas apresentadas pela SINFR, <u>entende-se, salvo melhor juízo, que cabe à autoridade competente deliberar sobre a aprovação dessas justificativas, a fim de autorizar o prosseguimento do certame na forma em que se encontra, ou seja, com a realização do pagamento à contratada após o recebimento provisório e não após o definitivo.</u> As disposições acerca do pagamento encontram-se no Capítulo XXV do Edital e na Cláusula Quinta da minuta de contrato (Anexo 6).





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

<p>2) No que se refere ao critério de adjudicação, a Advocacia registrou que <i>“Diante da modelagem da referida licitação, é recomendável que se adote o critério de adjudicação de menor preço por grupo para o grupo 1, e de menor preço por item para os demais grupos (2, 3 e 4).”</i></p>	<p>A SINFRA elaborou o Termo de Referência prevendo o critério de adjudicação pelo “menor preço por grupo”, conforme disposto no item 3.5.</p> <p>Na análise prévia, a COPEL (NUP 00100.158922/2025-43) solicitou, <u>apenas para fins de cadastro da licitação no sistema</u>, que conste no edital o critério de julgamento pelo “menor preço por item”. Contudo, o critério efetivamente aplicável é o de “menor preço por grupo.”</p> <p>A advocacia recomendou que diante da modelagem da licitação, seja adotado o menor preço por grupo para o Grupo 1, e de menor preço por item para os demais grupos (2, 3 e 4).</p> <p>A SINFRA, por intermédio do NUP 00100.177378/2025-39, apresentou os motivos para a manutenção do critério da forma como se encontra “menor preço por grupo” para todos os 4 grupos (ou itens, conforme nomenclatura descrita pela COPEL).</p> <p>Sendo assim, <u>entende-se, salvo melhor juízo, que cabe à autoridade competente deliberar sobre a utilização da nomenclatura “menor preço por item” no edital, para fins de cadastro da licitação, conforme sugerido pela COPEL, acatado pela SINFRA e já contemplado na versão submetida à aprovação.</u></p>
---	--

Importa destacar que, por meio do NUP 00100.164202/2025-17-1, o gestor do contrato apresentou sugestões redacionais para o Capítulo XXI da minuta de edital, as quais foram incorporadas na versão submetida à análise jurídica (NUP 00100.166117/2025-93), com a orientação de que, após essa análise, a SINFRA deveria promover os ajustes correspondentes no TR. Contudo, embora a COATC tenha informado sobre a necessidade de adequação para assegurar a consonância entre edital e TR (conforme NUP 00100.175143/2025-11), a SINFRA não se manifestou.

Assim, os autos retornaram à SINFRA para manifestação, nos termos do NUP 00100.178373/2025-23.

Por intermédio do NUP 00100.179905/2025-40, a SINFRA apresentou as seguintes informações:

- O apontamento questionado se refere a pedido de alteração em informações contidas no Edital que dizem respeito à questão da consideração do prazo da execução do objeto da avença como critério adicional na definição de sua respectiva formalização em Contrato ou Nota de Empenho. O documento menciona entendimento da ADVOSF no sentido que para essa definição deve se levado em conta apenas o valor do objeto, sendo o prazo considerado tão somente se referir a entrega na aquisição de bens.
- Vale ressaltar que o Edital não é documento de lavra desse órgão técnico, bem como que o atendimento da sugestão não causa alteração na última documentação no processo inserida pelo Órgão Técnico, qual seja, o NUP 00100.177381/2025-52.
- O Ofício 732/2025 COATC menciona que houveram outros apontamentos do gestor no documento 00100.164202/2025-17. **O Órgão Técnico entende que esses apontamentos estão suficientemente abordados nos itens 5.1.2, 5.1.3, 5.2.8, 5.2.9 e 10.2 do documento 00100.177381/2025-52.** [grifo nosso]





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Assim, solicita-se deliberação da autoridade competente quanto à necessidade de inclusão, pela SINFRA, das sugestões redacionais propostas pelo gestor do contrato em versão consolidada do TR, visto que as disposições constantes da última versão do TR (NUP 00100.177381/2025-52) não abordam na integralidade as sugestões proferidas pelo gestor.

As demais recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente.

Em razão da vigência do Decreto nº 11.462/2023 será necessário a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP). O art. 9º do referido decreto torna o IRP obrigatório, salvo justificativa específica. Dessa forma, cabe à autoridade competente deliberar sobre a questão.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.183359/2025-41 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

(...)

Considerando que a contratação se trata de licitação para registro de preços, a verificação da disponibilidade orçamentária e a autorização da despesa serão efetuadas no momento do acionamento da ata, conforme parágrafo único do art. 23 c/c art. 44, do ADG nº 14/2022.

(...)

Por derradeiro, o Senhor Diretor da SADCON encaminhou os autos para as deliberações e demais atos necessários ao seguimento do certame, em conformidade com o disposto no Anexo V do RASF aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Adicionalmente, solicitou deliberação quanto à aprovação das justificativas apresentadas pela SINFRA, no que diz respeito às recomendações da ADVOSF, conforme registrado na tabela constante do Ofício nº 758/2025 (documento nº 00100.183378/2025-78).

Em relação à recomendação jurídica relativa à dispensa justificada do procedimento de Intenção de Registro de Preço (IRP), essa temática está expressamente regulamentada no art. 43 do ADG nº 14/2022¹, que é compatível com a regulamentação do Executivo Federal no Decreto nº 11.462/2023. No caso, se o Senado Federal não tem conhecimento do interesse de outros órgãos para uma compra compartilhada, sendo,

¹ Art. 43. Em caso de licitação eletrônica para registro de preços, quando houver, ao tempo da formulação demanda, conhecimento do interesse de outros órgãos públicos para a realização de compras compartilhadas, a Diretoria-Geral poderá determinar a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), devendo ser observados, nessa hipótese, os procedimentos operacionais do Sistema de Compras do Governo Federal. Parágrafo único. Em caso de não incidência da hipótese de que trata o caput, a SADCON adotará as providências operacionais no Sistema de Compras do Governo Federal para a dispensa do procedimento de IRP, adotando como justificativa o disposto neste artigo. (ADG nº 14/2022)





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

portanto, o único órgão contratante, tipifica-se, assim, a hipótese de dispensa da IRP prevista no parágrafo 1º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

Quanto ao apontamento jurídico relativo ao marco inicial da contagem do prazo de 30 (trinta) para efetivação do pagamento à futura contratada, se a partir do recebimento provisório ou do recebimento definitivo, além das justificativas já acostadas no quadro acima, o órgão técnico também destacou que “*Esta SINFRA recebe definitivamente as obras e serviços de engenharia resultantes da Ata de Registro de Preços de reformas do CASF, de modo que, quando recebidas, não há mais pendências de engenharia*”, conforme documento nº 00100.190882/2025-24.

Ante o exposto, entende-se que em relação aos pontos elencados pela SADCON, devem ser acatadas as proposições do órgão técnico, o qual detém o conhecimento sobre o objeto a ser contratado e o mercado em questão, cuja complexidade escapa ao domínio técnico desta Assessoria.

Cabe ressaltar que o prosseguimento do feito está condicionado à deliberação favorável da **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária** quanto à autorização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do art. 7º, Anexo V, do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022².

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

(assinado eletronicamente)

Kleber Minatogau
Assessor Técnico

(assinado eletronicamente)

Tahmineh Maria Shokranian de Mello
Gestora do NASC/ATDGER

² Art. 7º No âmbito das contratações do Senado Federal, compete ao Primeiro-Secretário:

I - autorizar a realização de procedimentos licitatórios cujo valor estimado seja igual ou superior a:

a) R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para obras e serviços de engenharia; e
b) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para bens e serviços em geral;





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

De acordo. Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos IV, V, VII e IX, Anexo V, do Regulamento Administrativo, aprovado pelo ATC nº 14/2022, bem como na Lei nº 14.133/2021, passo a decidir:

1. **APROVO** do Estudo Técnico Preliminar nº 42/2025 (NUP 00100.118693/2025-24); o Termo de Referência (NUP 00100.177381/2025-52); e a minuta de edital (NUP 00100.183359/2025-41), nos termos propostos;
2. **DISPENSO** o procedimento de intenção de registro de preços por ser o Senado Federal o único contratante, nos termos do art. 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 9º, §2º do Decreto nº 11.462/2023;
3. **ACOLHO** as justificativas do Órgão Técnico, que detém conhecimento e expertise acerca do objeto a ser contratado, no que diz respeito às recomendações da ADVOSF, constantes do quadro acima e, em decorrência:
 - a. **APROVO** a adoção, na minuta de edital, do critério de “menor preço por item” para fins de cadastro da licitação, conforme sugerido pela COPEL e aceito pelo órgão técnico;
 - b. **DISPENSO** a inclusão, pela SINFRA, das sugestões redacionais propostas pelo gestor do contrato em versão consolidada do TR;
 - c. **AUTORIZO** o prosseguimento do certame na forma em que se encontra, ou seja, com a realização do pagamento à contratada após o recebimento provisório e não após o definitivo.
4. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG anexa.

Encaminhem-se os autos à **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária**, para deliberar quanto à realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, consoante o art. 7º, Anexo V, do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Havendo deliberação favorável ao seguimento do certame, encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 14 de outubro de 2025.

(assinatura eletrônica)
ILANA TROMBKA
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 4414 de 2025

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do Regulamento Administrativo, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.011905/2025-15**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o **Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação – NGCIC** como órgão gestor do(s) contrato(s) originado(s) do processo em tela.

Art. 2º Designar o servidor titular da **Secretaria de Infraestrutura – SINFRA** e seus substituto imediato, respectivamente, como fiscais técnicos da(s) mesma(s) avença(s).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de outubro de 2025.

(assinatura eletrônica)
ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

